

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Custo dos equipamentos cai, mas ainda faltam incentivos	2
Título: Alternativa ‘caseira’	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Após 2 anos de queda, receita com tributos dos Estados tem leve alta	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: ‘Durmo toda noite com uma dívida de R\$ 1 milhão’	8
Título: Chinesa assumirá obras de unidade de gás do Comperj	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDOÑEZ****Título: Custo dos equipamentos cai, mas ainda faltam incentivos**

Setor reivindica linhas de financiamento com juros mais atraentes

O aumento dos investimentos na geração de energia solar, seja em projetos de usinas de grande porte ou na instalação de sistemas pelos próprios consumidores, vem provocando uma redução no preço dos equipamentos no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Segundo Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc energia, nos últimos dois anos o custo de instalação teve queda da ordem de 50% e a tendência é que continue caindo. Mas Vlavianos reclama de falta de incentivo à adoção do sistema, como existe em larga escala no exterior:

— É preciso oferecer mais linhas de financiamento para incentivar os pequenos consumidores. Lá fora, os índices de radiação solar são bem menores e as tarifas também, e há mais financiamento. Alguns bancos, como Bradesco, Santander, Votorantim, Banco do Nordeste, Banco do Amazonas e Caixa Econômica, disponibilizam linhas de crédito para a instalação de sistemas do tipo. Mas executivos do setor, como o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, afirmam que os juros cobrados são ainda muito elevados.

— É um gargalo que ainda existe, uma vez que a maioria das linhas disponíveis é para projetos de pessoas jurídicas. Por isso, defendemos que bancos estatais, como Banco do Brasil e Caixa, ofereçam condições de crédito mais atraentes para pessoas físicas. Hoje, as disponíveis têm juros altos, em alguns casos, entre 2,5% e 3% ao mês — destaca.

ISENÇÃO DE ICMS

Atualmente, 24 estados dão isenção de ICMS para quem gera sua própria energia, incluindo o Rio. Com isso, o consumidor não é tributado quando usa, posteriormente, a energia excedente que mandou para a distribuidora. Reinaldo Silva, artista plástico morador do Méier, na Zona Norte do Rio, decidiu produzir sua própria energia em 2016, um ano depois de a alta da tarifa superar os 50%, o que pesou muito no bolso. Consumindo em torno de 500 quilowatts/hora por mês e morando em uma região onde geralmente as temperaturas são bem elevadas, Reinaldo não teve dúvidas e investiu R\$ 23 mil no sistema de geração de energia solar.

Não se arrepende: sua conta de luz caiu de R\$ 622, em janeiro de 2016, um mês antes de instalar o sistema, para R\$ 179, em janeiro deste ano. — Estou gerando cerca de 67% do meu consumo. As tarifas estão cada vez mais elevadas. Sem o sistema solar, eu não conseguiria ficar com os três aparelhos de ar-condicionado ligados ao mesmo tempo. Aqui em casa é muito quente, e eu não conseguiria trabalhar. A gente se privava do conforto.

Agora, gerando nossa própria energia, ficamos mais confortáveis em gastar — comentou Reinaldo. Para Rodolfo de Sousa Pinto, presidente da Engie Solar, mesmo que as tarifas de energia elétrica não tivessem aumentado tanto nos últimos anos, a atratividade à geração de energia solar continuaria grande, porque a conta de luz tem um peso grande nos orçamentos familiares: — Os custos de instalação dos sistemas solares caíram radicalmente no mundo. E as tarifas, por sua vez, sempre sobem acima da inflação.

Maurício Ribeiro, sócio-diretor da empresa carioca Green Solar, que projeta e instala sistemas de geração de energiasolar, afirma que a procura por parte de consumidores residenciais e pequenos comércios cresceu de 20% a 42% no ano passado: Um sistema de geração solar fotovoltaica pode ser instalado em qualquer casa ou prédio, seja residencial, comercial ou industrial, de baixa ou alta tensão. Basta ter espaço para a instalação dos painéis.

Onde não houver espaço físico pode ser adotada a gestão compartilhada, no qual um grupo de investidores pode instalar o sistema em outro local, desde que atendido pela mesma distribuidora de energia. Cada um receberá os créditos equivalentes à energia gerada em suas contas de luz. O sistema gera energia mesmo sem sol, porque funciona pela radiação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ

Título: Alternativa 'caseira'

Geração de energia solar cresce 200% em 2017. Investimento é compensado em 3 anos no Rio

Se é verdade que é preciso ver o lado bom das coisas ruins, as elevadas tarifas de energia pagas no Estado do Rio — com um dos percentuais de ICMS mais altos do país — vêm tornando cada vez mais atraentes os investimentos na instalação de sistemas de geração de energia solar pelos próprios consumidores. De acordo com levantamento feito pelo grupo Comerc energia, a cidade do Rio é hoje a quarta capital mais vantajosa para projetos de geração de

energia solar por consumidores de baixa tensão, como pequenos negócios, condomínios, hospitais, shopping centers e residências.

Graças também à alta incidência de radiação solar, no Rio, o retorno desse investimento — que sai a, no mínimo, R\$ 14 mil — é de 3,3 anos, só superado por Teresina, no Piauí; Belém, no Pará; e Manaus, no Amazonas, onde o tempo varia de 3,1 a 3,2 anos. Já no caso das unidades consumidoras atendidas em alta tensão, o Estado do Rio é a segunda capital mais favorável para investimentos em geração solar, onde o retorno se dá em 5,4 anos. Em primeiro lugar, está Manaus, com 4,9 anos. A baixa tensão atende a consumidores com demanda abaixo de 75 quilowatts (kW); e a alta, aqueles que utilizam 75 kW ou mais, como indústrias que são intensivas no consumo de energia.

O forte crescimento do uso da radiação solar para gerar energia pode ser constatado nos números. Enquanto os custos dos materiais e equipamentos tiveram uma queda da ordem de 50%, o número de projetos de geração solar fotovoltaica aumentou quase 200% no ano passado, em relação a 2016. De acordo com a Associação Brasileira de energia Solar Fotovoltaica (Absolar), em dezembro de 2017 existiam no país 20.266 unidades de geração de energia solar instaladas pelos próprios consumidores, conhecidas como geração distribuída, com uma capacidade total de 174,2 megawatts (MW). Em 2016, eram 7.400 unidades, com uma potência de 59 MW.

Do total de projetos existentes atualmente, 1.612 unidades estão instaladas no Estado do Rio, com 10,2 MW de capacidade. De acordo com o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, considerando o forte aumento nos preços das tarifas de energia nos últimos anos, bem acima da inflação, é natural o crescimento da chamada geração distribuída, ou seja, gerada pelos próprios consumidores, especialmente em sistemas de energia solar: — Os reajustes tarifários de diversas distribuidoras no primeiro semestre deste ano devem ficar, em média, entre 10% e 15%, bem acima da inflação.

Os consumidores buscam alternativas para reduzir esses custos, gerando sua própria energia. E a geração de energia solar surge como uma ótima opção. A flutuação nas tarifas de energia para o consumidor tem sido intensa. Em 2015, por exemplo, segundo dados do IBGE, a conta de luz teve um salto de 51%. No ano seguinte, caiu 10% e, ano passado, voltou a subir 10,35%.

LEILÕES SUSPENSOS

Para Cristopher Vlavianos, presidente do Grupo Comerc energia, com a perspectiva de as tarifas de energia continuarem aumentando, aliada à queda nos preços dos equipamentos, a geração de energia solar ganha espaço: — O consumidor está disposto a investir em um sistema solar para reduzir os custos

com energia. E quanto mais caras ficam as tarifas, mais rapidamente o consumidor consegue amortizar os investimentos. No caso das empresas, há ainda a questão da sustentabilidade, em que elas buscam metas de redução das emissões. O que já acontece no exterior está começando a ocorrer aqui.

O levantamento da Comerc considerou os últimos reajustes, em janeiro, nas tarifas de eletricidade das distribuidoras. Para elaborar o ranking, são levados em conta a incidência de radiação solar de cada região, a tarifa de energia e o ICMS cobrado pelos estados. O Rio, além da tarifa alta, tem um ICMS de 32%, um dos mais elevados entre os estados da federação. Segundo a Comerc, em média, o retorno dos investimentos em energia solar pelos consumidores de baixa tensão nas capitais se dá entre 3,1 anos e 7,6 anos, enquanto os dos de alta tensão levam entre 4,9 anos e 12,3 anos. Macapá, no Amapá, é a capital onde os consumidores levam mais tempo para ter retorno do investimento, levando 7,6 anos, no caso de baixa tensão, e 12,3 anos, nos de alta tensão.

Mas o aumento da geração de energia solar não acontece apenas em sistemas de geração pelo próprio consumidor (geração distribuída), mas em projetos de usinas de grande porte. Segundo dados da Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), estão em operação no país 82 usinas de energia solar com capacidade instalada total de 965.325 quilowatts (kW), que representam 0,61% da matriz energética do país. Estão em construção outras 27, que adicionarão uma capacidade instalada de 754.052 kW, além de 40 ainda não iniciadas, que terão capacidade total prevista de 965.291 kW.

Rodrigo Sauaia, da Absolar, comenta que a suspensão dos leilões de projetos de geração solar pelo governo federal em 2015, tendo só realizado um novo certame no fim do ano passado, gerou um período sem encomendas para os fabricantes de equipamentos solares. Não há, por exemplo, nenhum projeto novo para entrar em operação em 2019 e 2020. Os projetos do leilão realizado em dezembro do ano passado estão previstos só para 2021. — É um desafio para as empresas, que podem fechar suas portas, demitir pessoal nos próximos anos.

Apesar do crescimento da geração distribuída (pelos consumidores), a parcela de materiais e equipamentos é muito pequena, representa apenas 15% do mercado de energia solar — destacou Sauaia. Mesmo assim, com a entrada em operação de projetos de geração, os preços vêm caindo nos últimos anos. A tarifa da energia solar no leilão realizado em 2017 foi de R\$ 145,85 o MW, contra R\$ 297 o MW em 2015. — O ideal é que o governo tenha um calendário de leilões de geração solar, com uma contratação continuada de projetos para que o setor possa se planejar — comentou Sauaia. O presidente da Comerc lembrou que a geração de energia solar nas usinas de grande porte também vem crescendo, favorecendo a redução de custos dos equipamentos em geral.

No último leilão de oferta de energia para 2021 realizado pelo governo federal, a fonte solar dominou o certame. De acordo com Saaia, de 2015 até o ano passado o setor já investiu aproximadamente R\$ 4,5 bilhões em geração solar, dos quais R\$ 3,5 bilhões no ano passado. Para este ano, os números ainda não estão fechados, mas a previsão é de investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JOÃO PEDRO PITOMBO - DE SALVADOR

Título: Após 2 anos de queda, receita com tributos dos Estados tem leve alta

Crescimento, porém, não foi uniforme; só metade deles viu arrecadação subir no ano passado

Alta sobre 2016 dos 27 entes da federação foi de só 0,43%; melhora, em muitos casos, foi fruto de ajuste fiscal

Depois de dois anos de forte queda, a arrecadação de tributos nos Estados começou a dar sinais de reação em 2017. Levantamento feito pela Folha com base em relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal dos 26 Estados e do Distrito Federal aponta que, entre janeiro e dezembro de 2017, a receita obtida com tributos alcançou a cifra de R\$ 462 bilhões. Trata-se de uma recuperação tênue — crescimento de apenas 0,43% em relação aos R\$ 460 bilhões arrecadados no ano anterior. O resultado também não foi uniforme.

Entre os 27 entes da federação, 14 registraram aumento de receita em relação ao ano anterior. O resultado dos outros 13 cresceu abaixo da inflação e, portanto, tiveram perda de receita. Ainda assim, o resultado foi recebido com alívio, porque estanca dois anos de quedas de receita — 2015 e 2016.

AVANÇO

A melhora, em muitos casos, foi fruto de um trabalho de ajuste dos governos estaduais, e não uma mera resposta ao fim da recessão. Entre os Estados que mais avançaram proporcionalmente estão Amapá, Piauí e Amazonas. Em números absolutos, o destaque foi Minas Gerais — um dos mais atingidos pela crise fiscal.

Para incrementar as receitas, eles buscaram alternativas como firmar parcerias público-privadas que levassem as empresas a investir.

O Piauí, por exemplo, mirou no setor de energia limpa para usinas eólicas e fotovoltaicas. "Buscamos aquecer a economia local para arrecadar mais, já que

não temos segurança em relação às transferências federais, que oscilaram negativamente", diz o secretário de Administração do Piauí, Franzê Silva.

O Estado também montou um comitê que acompanha mensalmente a evolução das despesas correntes (gastos com pessoal e custeio da máquina). E aprovou uma versão local da lei do teto de gastos da União, na qual o avanço das despesas não pode ultrapassar a inflação.

Em geral, os Estados fizeram uma leve redução nas despesas correntes. Ao todo, os 26 Estados e o Distrito Federal diminuíram os gastos de R\$ 704,3 bilhões em 2016 para R\$ 702,4 bilhões no ano passado —retração de 0,27%.

Os dados mostraram que o corte nos investimentos, que tradicionalmente é o principal instrumento de ajuste, bateu no limite. Os aportes totalizaram R\$ 32,3 bilhões em 2016 e foram de R\$ 32,5 bilhões no ano passado, considerando as 27 unidades da Federação. Em 2014, o volume investido pelos Estados ficou perto de R\$ 70 bilhões, em valores corrigidos.

SALÁRIOS PARCELADOS

Há sinais ruins também. A deterioração na prestação de serviços públicos e a instabilidade no funcionamento da máquina estatal mostram que o ambiente fiscal ainda é delicado e inspira a realização de reformas e ajustes duros. Destacam-se Mato Grosso, Roraima e Rio Grande do Norte, que passaram a integrar o rol dos que atrasam ou parcelam salários.

O Rio Grande do Norte enfrenta problemas graves na segurança pública e na infra-estrutura hídrica. Os policiais militares entraram em greve no fim do ano passado e ficaram duas semanas sem ir às ruas. Além dos salários atrasados, eles reclamaram da falta de equipamentos e veículos sucateados.

Em Mato Grosso, a crise afeta os serviços de saúde. Hospitais filantrópicos chegaram a interromper as atividades pedindo a regularização dos pagamentos e um aumento nos aportes do governo estadual. O Estado normalizou os repasses, mas não os ampliou.

Mato Grosso também aprovou uma lei do teto de gastos, vedou novas contratações de pessoal —com exceção para caso de vacância— e está negociando alongar o prazo de dívidas.

"Estamos tomando uma série de medidas para qualificar o gasto, que hoje é um problema enfrentado em todo o Brasil", diz o secretário da Fazenda, Rogério Gallo.

Estados como Roraima, Acre e Tocantins viram os gastos com pessoal no Poder Executivo dispararem. Os três agora fazem parte do clube dos Estados com gasto acima do limite máximo previsto na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao lado de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Outros sete ultrapassaram o limite prudencial em gasto com pessoal e estão sujeitos a penalidades da LRF, como deixar de receber recursos federais não obrigatórios.

REAÇÕES

Por outro lado, Estados que sentiram a crise mais cedo, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, esboçam reações. O governo do Rio, por exemplo, começou a pagar os salários atrasados dos servidores após conseguir um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões.

No Rio Grande do Sul, professores estaduais retomaram as aulas após terem ficado mais de três meses em greve.

Os governos gaúcho e fluminense, contudo, seguem bastante endividados — continuam como os dois únicos Estados que ultrapassaram o limite máximo de endividamento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, equivalente a 200% da receita corrente líquida.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna e Mônica CiareUi / Rio

Título: 'Durmo toda noite com uma dívida de R\$ 1 milhão'

Entrevista : Wilson Ferreira, presidente da Eletrobrás

Presidente da estatal diz que tem pressa em vender a empresa para sanear finanças e colocá-la de volta ao jogo

A Eletrobrás conseguiu aprovar a venda das distribuidoras de energia elétrica deficitárias que eram consideradas um entrave para a sua privatização. Agora, o ritmo que já era acelerado deve ficar ainda mais corrido para garantir a oferta de ações da Eletrobrás no segundo semestre deste ano. O objetivo, disse o presidente da estatal, Wilson Ferreira, ao Estadão/Broad-cast, é sanear as finanças da empresa e colocá-la de novo no jogo do setor elétrico, onde passou a ser minoritária nos últimos anos por falta de recursos para investir: "A pressa é um capricho que a gente tem de ter", afirma Ferreira, que quer que a Eletrobrás volte a ser majoritária nos seus investimentos. A seguir, os principais trechos da entrevista.

- Uma das críticas à privatização da Eletrobrás tem sido o curto espaço de tempo para fazer a venda. O sr. não teme que a pressa impeça o governo de conseguir um resultado melhor?

Eu costumo dizer que uma dívida de R\$ 4 bilhões aqui na Eletrobrás custa mais ou menos R\$ 400 milhões de juros por ano. Quando você for dormir hoje à noite pense assim: olha, a Eletrobrás que o Wilson está dirigindo, só hoje, já pagou R\$ 1 milhão só por um pedacinho da dívida, e quando acordar amanhã ele vai pagar mais R\$ 1 milhão, e no carnaval vai pagar R\$ 6 milhões. A pressa é um capricho que a gente tem de ter.

- A Eletrobrás será obrigada a incorporar R\$ 19,7 bilhões em dívidas das seis distribuidoras que pretende vender em abril, quando esperava ficar com R\$ 11 bilhões. Já que a dívida ficará com a Eletrobrás, por que vender tão barato, por R\$ 50 mil cada? Elas continuam com dívidas, não vamos assumir todas. Cada uma delas continua com dívidas. Uma parte dessa dívida que está na empresa é com a própria Eletrobrás. A gente vai ter a opção de ficar com até 30% no capital da nova distribuidora, até seis meses depois da venda. Quando falamos em R\$ 11 bilhões, não sabíamos que conseguiríamos o crédito de R\$ 8,5 bilhões (referente à participação nas distribuidoras, que compensará as dívidas das

subsidiárias com os fundos setoriais), não tínhamos uma visão clara se íamos conseguir esse crédito.

- E a Eletrobrás pensa em voltar a participar do controle dessas empresas que serão vendidas?

Tendo sabido quem é o comprador, qual o plano de negócios desse comprador, então parte da dívida pode ser convertida em capital em até 30% da empresa. Temos um caso que é um bom exemplo para isso. A Companhia Elétrica do Maranhão (Cemar) foi vendida por R\$ 1 (um real) e a Eletrobrás converteu a dívida que tinha com a empresa e ficou com 32% da Cemar. A Equatorial passou a operar a Cemar e hoje a companhia é o melhor negócio que a Eletrobrás já fez em termos de aplicação de recursos, porque a empresa é bem gerida, eficiente, aumentou fortemente de valor. Para cada uma das distribuidoras que serão vendidas, vamos ter a mesma opção.

- Outro entrave para a privatização da Eletrobrás, segundo especialistas, seria uma dívida alta que a empresa tem com a Petrobrás relativa à compra de combustível pelas distribuidoras do norte do País. Vocês vão pagar essa dívida antes da oferta de ações?

A disposição da Eletrobrás é fazer o mais rápido possível. Uma parte da dívida, algo na casa de R\$ 11 bilhões, já está negociada e vem sendo paga

religiosamente. Foi financiada em 120 meses e coloquei todo o pagamento em dia, eu não deixo inadimplir, e não há o que falar sobre essa questão. A dívida que eu tenho para negociar com o Pedro (Parente, presidente da Petro-brás) é algo em torno de R\$ 6 bilhões, já mandei uma proposta pra ele. A Petrobrás ia ter de negociar com as distribuidoras e agora vai ser com a Eletrobrás, vai ficar com um devedor só. Fica mais fácil, considerando os nossos rece-bíveis, nossos ativos, fazer uma negociação. Será mais fácil.

- E como ficou a questão do Rio São Francisco, que era outro impasse para a venda da empresa?

O Rio São Francisco é o segundo maior rio brasileiro e temos oito hidrelétricas lá, mas nos últimos 20 anos o rio reduziu muito. No projeto de lei da privatização ficou combinado que vamos pagar R\$ 350 milhões por ano pelos próximos 15 anos para revitalizar o rio São Francisco e mais R\$ 250 milhões nos 15 anos restantes. São R\$ 9 bilhões ao todo em 30 anos.

- Vai ter investidor para tantos ativos do setor elétrico?

Está favorável porque o juro caiu, a inflação caiu, a perspectiva de crescimento é boa, é um ambiente bom para investimentos. A gente não coloca claramente o quanto o Brasil melhorou. O Brasil está sendo visto muito bem na área de energia lá fora. É a combinação do aperfeiçoamento do marco regulatório com a melhora da economia.

- Mas em um ano de eleições, não pode haver instabilidade e afugentar os investidores?

Os exemplos que a gente tem hoje são do interesse que se tem pela privatização das nossas distribuidoras e pela venda das SPes. O que posso dizer é que há interesse para ambas. Tem data room (espaço virtual com informações sobre as distribuidoras) aberto e já foram até fazer diligência. Para a Ele-trobrás, não vejo também problemas, nosso capital é em reais e, pela minha experiência, o que mais oscila nas eleições é o câmbio. O que pode acontecer é ficar mais barato para o investidor por causa de câmbio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder / Rio

Título: Chinesa assumirá obras de unidade de gás do Comperj

Licitação de R\$ 1,94 bi teve a Shandong Kerui Petroleum como vencedora; contrato será assinado até o fim do mês

Uma empresa chinesa foi escolhida em licitação da Petrobrás para retomar as obras do Comperj, refinaria em construção em Itaboraí, na região metropolitana do Rio, cujas obras estão paradas desde 2015. O consórcio formado pela chinesa Shandong Kerui Petroleum e pela Método Potencial receberá R\$ 1,94 bilhão para terminar a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). O contrato será assinado até o fim deste mês, segundo uma fonte próxima à estatal ouvida pelo Estadão/Broadcast.

O Comperj é um dos símbolos dos desvios na Petrobrás investigados pela Operação Lava Jato. Atrasos nos cronogramas e suspeitas de sobrepreço nos contratos com construtoras fizeram a estatal ter uma perda bilionária com o empreendimento. O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou que as obras do Comperj geraram prejuízo de US\$ 12,5 bilhões.

De 2005, quando começou a construção, a 2015, o Comperj consumiu cerca de US\$ 13 bilhões em investimentos e teve seu projeto reformulado de um complexo petroquímico, capaz de produzir insumos básicos para a produção de plástico, para uma refinaria focada em processamento de diesel. Desde a paralisação das obras, a conclusão da primeira unidade de refino não tem data prevista e foi condicionada à entrada de sócios.

Frequentemente, empresas chinesas são citadas como parceiras em potencial. No caso da UPGN, a Shandong Kerui Petroleum entra como fornecedora, e não como sócia.

Pré-sal. Mesmo com a reformulação no projeto do Comperj, a Petrobrás seguia tocando a UPGN porque ela será responsável por escoar o gás natural produzido nos campos do pré-sal. A unidade tem de ficar pronta a tempo de receber o gás natural que será produzido a partir de 2021 na área de Libra, na Bacia de Santos.

Sem a UPGN, não há para onde escoar o gás. A opção seria queimar o combustível nas plataformas, o que traria prejuízo ambiental, financeiro e geraria multa por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP). O gás chegará à UPGN por um gasoduto, com trechos no mar e na terra.

A construção da UPGN já consumiu R\$ 500 milhões e estava sendo tocada por um consórcio formado por Queiroz Galvão, Tecna e IESA Óleo e Gás, até ser suspensa no segundo semestre de 2015, com 30% da infraestrutura concluída. Cerca de 800 trabalhadores foram demitidos na ocasião. A Queiroz Galvão e a IESA Óleo e Gás foram citadas nas denúncias de pagamento de propina e formação de cartel apuradas na Lava Jato.

Na virada de 2016 para 2017, a Petrobrás resolveu retomar as obras da unidade de gás, cancelando o contrato com o consórcio anterior a fazendo nova licitação. A intenção da estatal de contratar fornecedores estrangeiros chegou a gerar reclamações na indústria local.

MME / ASCOM .